



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

28 de dezembro 2011

09

Ata nº 09 | 28 de dezembro 2011

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos, coadjuvado pela 1ª Secretária, Dra. Joana Maria Ferreira Vergas, PS e pelo 2º Secretário, Sr. Jorge Manuel Pisca Lúcio, PS. -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

Bernardo José Martins Pereira, PS -----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----

Carlos Manuel da Silva Mota, CDU -----

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD -----

António Pedro Mendonça Vieira, BE -----

António José de Amendoeira Pêgo, PS -----

Maria Luisa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD -----

Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, PS -----

Maria Emília da Graça Soares, CDU -----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, PSD -----

Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS -----

Vera Marques Alves, PSD -----

Maria Odete Lúcio Cosme, BE -----

Hugo Filipe Gomes Albuquerque, PS -----

Rodrigo António F. A. Rodrigues, CDU -----

Ana Paula Chaves, PS -----

Manuel Luís Salgueiro, PS -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

[Handwritten signature]

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Vasco Clemente Mota, PSD -----

Rogério Luís Dias Santos, PS -----

José António Coelho Sobreira, PS -----

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----

Joaquim Edgar C. Oliveira, PS -----

Fernando de Jesus Ramos, PS -----

Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do executivo municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vereador Eng. Pedro Gil Franco, o Senhor Vereador Fernando Martins, o Senhor Vereador Dr. Pedro Reis, o Senhor Vereador Paulo Neves e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio. -----

O Sr. Eng. Pedro Miguel Barata (PSD), nos termos legais, pediu a sua substituição pela Dra. Vera Marques Alves. -----

Faltou à reunião a Dra. Hélia Baptista (PSD). -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à sessão e apresentou os cumprimentos à Mesa, membros da Assembleia, representantes da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, à Comunicação Social e Público. -----

--Informou que, se encontrava disponível na Mesa para consulta a correspondência recebida pela Assembleia Municipal, no período que mediou a última sessão e o dia 28 de dezembro de 2011. ----

--De seguida, colocou à discussão e votação a ata nº 3 de 27 de abril de 2010, a ata nº 5 de 29 de junho de 2010 e a ata nº 6 de 20 de julho de 2010. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, propôs a discussão e votação das atas num único ponto. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, salientou que vai abster-se, dado que teve o mandato suspenso durante um ano. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, referiu que o Grupo do BE votava contra a aprovação das atas, apesar de louvar o esforço para a sua feitura delimitou como prioridade a leitura do orçamento para 2012 em vez das sete atas. -----

Ata nº 3 de 27 de abril de 2010: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata nº 3 de 2010, com 21 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU, 2 votos contra do BE e 3 abstenções, 2 do Grupo do PSD e 1 do Grupo da CDU. -----

Ata nº 5 de 29 de junho de 2010: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata nº 5 de 2010, com 21 votos a



pt
2010

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

favor, 16 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU, 2 votos contra do BE e 3 abstenções, 2 do Grupo do PSD e 1 do Grupo da CDU. -----

Ata nº 6 de 20 de julho de 2010: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata nº 6 de 2010, com 21 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU, 2 votos contra do BE e 3 abstenções, 2 do Grupo do PSD e 1 do Grupo da CDU. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, tendo em conta o elevado número de atas para aprovação, propôs à Mesa a aprovação das atas nºs 8/2010, 9/2010, 10/2010 e 1/2011 na próxima sessão da Assembleia. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, fez a sua declaração de voto anotando o esforço feito para a elaboração das atas, mas absteve-se porque não leu as atas e não se recorda das reuniões. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Vera Alves, do PSD, usou a palavra para fazer a sua declaração de voto, referindo que o seu sentido de voto é a abstenção uma vez que não esteve presente nas reuniões anteriores. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada pelo Grupo do PSD, para que as restantes atas (ata nº 8/2010, ata nº 9/2010, ata nº 10/2010 e ata nº 1/2011) fossem aprovadas na próxima sessão da Assembleia para que todos pudessem ler as mesmas, com 26 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 5 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, propôs que as moções alusivas ao referendo local fossem discutidas em conjunto e votadas em separado. -----

--De acordo com a proposta apresentada pelo Dr. Vasco Cunha (PSD), foi decidido por unanimidade dos membros presentes, discutir as quatro moções alusivas ao referendo local em conjunto e votá-las individualmente. -----

MOÇÕES SOBRE O REFERENDO LOCAL: -----

1. MOÇÃO DA CDU SOBRE A QUESTÃO DO REFERENDO -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, leu a Moção sobre a questão do Referendo. (*Anexo 1*) -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção da CDU sobre a questão do Referendo, com 5 votos a favor, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 12 votos contra do Grupo do PS e 10 abstenções, 4 do grupo do PS e 6 do Grupo do PSD. -----

2. MOÇÃO DO PS – "VINCULAÇÃO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS AO SENTIDO E À NATUREZA DO VOTO EXPRESSO PELOS ELEITORES" -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, leu a Moção sobre a "Vinculação dos órgãos autárquicos ao sentido e à natureza do voto expresso pelos eleitores". (*Anexo 2*) -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

pt
grupo

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Moção do PS, com 21 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 0 votos contra e 6 abstenções do Grupo do PSD.

3. MOÇÃO DO BE SOBRE O REFERENDO LOCAL

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, procedeu à leitura da Moção sobre o Referendo Local. (Anexo 3)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE, com 5 votos a favor, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 12 votos contra do Grupo do PS e 10 abstenções, 4 do Grupo do PS e 6 do Grupo do PSD.

4. MOÇÃO DO PSD SOBRE O REFERENDO LOCAL

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, leu a Moção sobre o Referendo Local. (Anexo 4)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do PSD, com 11 votos a favor, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 13 votos contra do Grupo do PS e 4 abstenções do Grupo do PS.

NA SEQUÊNCIA DA PROPOSTA DO PSD, SEGUEM AS INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA SOBRE AS MOÇÕES ALUSIVAS AO REFERENDO LOCAL:

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, usou a palavra para dizer que o teor da moção do PSD, para além do que foi expresso nas diferentes moções apresentadas pelos vários grupos parlamentares, há duas outras deliberações que decorrem do Referendo Local. Primeiro, um procedimento em vigor relativo ao diálogo concorrencial e que foi suspenso, que após publicação dos resultados pelo Tribunal Constitucional do Referendo pode continuar a produzir o seu efeito. Neste sentido, propôs a anulação do procedimento.

--Segundo, atendendo ao anúncio do Sr. Presidente da Câmara sobre a Rumo 2020, espera que fique assegurada a questão da gestão do estacionamento no Cartaxo, que o PSD é contra, porque a referida empresa não presta contas à Assembleia Municipal do Cartaxo, mas à assembleia de acionistas, que é o executivo municipal.

--No entendimento do PSD, qualquer deliberação sobre o estacionamento no Cartaxo deve ser assumida apenas pelo executivo municipal, qualquer outra decisão que saia fora do âmbito da decisão do executivo municipal e que passe pelo escrutínio da Assembleia Municipal, na sua opinião não é transparente e democraticamente aceitável, face ao resultado do referendo.

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, usou a palavra para dizer que concordava com o PSD quanto à gestão do estacionamento por parte da Rumo 2020. Anotou que o executivo demonstrou não conseguir resolver o problema do estacionamento sem pedir ajuda através de referendo.

--Pensa que tudo o que respeite o estacionamento deve ir à sessão da Assembleia para escrutínio, porque na altura o BE explicou a anulação do procedimento do diálogo concorrencial, dado não ser



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials in the top right corner.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coincidente a informação no Diário da República e no jornal da União Europeia. -----

--Salientou nunca ter sido facultada prova da referida anulação, o que o leva a crer que a mesma encontra-se suspensa devido a um erro grave relativo ao número de meses a concessionar. -----

--Como tal, não solicita a sua anulação, porque já devia ter sido anulada, mas pediu novamente o comprovativo da mesma. -----

--Disponibilizou-se para inscrever na Moção do BE, que deverá ser o Município do Cartaxo e não qualquer empresa municipal a gerir o estacionamento no concelho do Cartaxo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, cumprimentou os presentes e disse que de acordo com as moções apresentadas pelas diferentes bancadas e o procedimento de diálogo concorrencial, a Assembleia era soberana na decisão de início do procedimento e que poderia incluir na ordem de trabalhos um ponto referente à anulação do referido procedimento. -----

Salientou que, neste momento, o executivo está a cumprir com a deliberação tomada em Assembleia e que o procedimento encontra-se suspenso até à publicação oficial dos resultados, depois da validação dos mesmos. Assumiu o compromisso público, antes e depois do referendo, que a gestão vai ser municipal, concretamente da empresa municipal Rumo 2020, dado a Câmara estar impedida de contratar pessoas com formação específica nas áreas da segurança, infraestruturas, gestão do circuito e ligação à proteção civil. -----

--Salientou que qualquer procedimento a iniciar vai demorar pelo menos 6 meses, estando a enveredar esforços para a abertura rápida do parque de estacionamento e que a Rumo 2020 compromete-se a prestar à Assembleia Municipal as contas respeitantes ao estacionamento, dentro da periodicidade legalmente exigida. -----

REQUERIMENTO DO BE – PROLONGAMENTO DO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Na sequência do requerimento apresentado pelo BE (**Anexo 5**), para prolongamento do período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o mesmo à votação.-

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Requerimento, com 27 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, solicitou que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse a sua posição quanto à municipalização e privatização, que ocultou a sua opinião até ao referendo, afirmando que quem não tinha votado estava ao lado do executivo. -----

--Disse que o parque de estacionamento estava previsto há 3 anos, foi concluído e encontra-se fechado desde outubro, no entanto apesar de não ser possível fazer contratações com formação, podem ser pagas formações. -----

--Quanto à alteração ser feita pela Assembleia e de acordo com as normas aprovadas pelo PS, salientou a existência de um item que diz que qualquer alteração ao procedimento e a suspensão está incluída, deve ser publicitada tal e qual como foi publicitada o seu lançamento. -----

--Referiu não terem sido facultados os documentos solicitados e acha que não existem, porque não foram publicados no Diário da República. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--Na sua opinião a publicação é feita pelo executivo municipal, que posteriormente comunica à Assembleia Municipal. -----

--Salientou a suspensão do procedimento antes do referendo ou da proposta para realização de referendo e nessa altura devia ser publicitada a situação de acordo com a lei. -----

--Relembrou que o parque de estacionamento encontra-se fechado e o Sr. Presidente e o seu antecessor prometeram aos cartaxeiros que ia ser grátis até ao final do ano. -----

--Pensa que a Rumo 2020 não vai apresentar a documentação à Assembleia Municipal, à semelhança da alteração de empréstimos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, salientou que a Moção do PSD propõe a anulação do procedimento e disse que o Sr. Presidente de Câmara tem um instrumento para anular o procedimento, perante uma deliberação e a vontade da Assembleia Municipal. -----

--Neste sentido, apelou ao voto favorável da Moção por parte do Grupo Parlamentar do PS, para a anulação definitiva do procedimento. -----

--Referiu não entender a questão salientada pelo Sr. Presidente da Câmara, quanto à contratação de pessoal para o estacionamento, assim como o orçamento para 2012 prever a contratação de um engenheiro florestal. -----

--Na sequência de propostas para a contratação de serviços externos, salientou a existência de empresas no mercado aptas para funcionamento do parque de estacionamento, não sendo necessário recorrer à formação de colaboradores do Município. -----

--Achou crucial a deliberação da Rumo 2020, após aprovação do referendo na Assembleia Municipal, no sentido de convocar os cidadãos para se pronunciarem sobre uma questão de interesse local, que deu origem a um resultado mas não despoletou conclusões. -----

--O PSD concluiu e propôs à Assembleia Municipal que o procedimento do estacionamento volte a ser proposto pelo executivo à Assembleia Municipal, dado a decisão não ser entregue à Rumo 2020, que no seu ponto de vista não deve conduzir o processo. -----

--Neste sentido, referiu que a bancada do PSD não está em condições de afirmar que abdica da deliberação, a mesma deve ser colocada e sujeita à votação da Assembleia Municipal, porém do ponto de vista do PSD, a Rumo 2020 não oferece garantias de transparência sobre uma decisão democrática. -----

--Ao longo de 2 anos de mandato, pensa estarem deterioradas as relações políticas de confiança entre a informação que o executivo municipal e a Rumo 2020 deviam prestar à Assembleia Municipal, que raramente recebe informação solicitada, daí a Rumo 2020 não inspirar confiança para assegurar a gestão desta área no concelho do Cartaxo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que o Dr. Vasco Cunha salientou na sua intervenção que pretendia retirar competências ao executivo municipal. -----

--Referiu que é para cumprir o regulamento do estacionamento na cidade e aprovado na Assembleia Municipal. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--Na sua opinião, o PSD pretende retirar das competências elencadas legalmente e exercidas de forma competente pelo executivo. No entanto, frisou estarem definidas e elencadas as competências, a Rumo 2020 tem definidas as competências, o executivo municipal exerceu sempre as suas competências, que deve continuar a exercê-las e se houver decisão a tomar sobre a matéria, a mesma deve ser decidida na Câmara, órgão com competência para o efeito. -----

--Acrescentou que assume a questão da transparência e da ligação à Assembleia Municipal, bem como uma postura diferente quanto à prestação de informação solicitada. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, destacou o discurso vago por parte do Sr. Presidente da Câmara e salientou um conjunto de questões sem esclarecimentos. -----

--Reiterou a intervenção do Dr. Vasco Cunha respeitante à falta de confiança política. -----

--Na sequência da transferência da competência do Presidente da Câmara para privados durante 30 anos e 98,32% dos cartaxeiros votarem contra, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o facto de estar disposto a transferir as competências para um privado e não está disposto a que sejam os representantes da população a terem acesso à questão do estacionamento. -----

--Solicitou esclarecimentos sobre a existência de um estudo sobre o estacionamento no Cartaxo, dado que os membros da Assembleia não tiveram conhecimento do mesmo. -----

--Também solicitou ao Sr. Presidente da Câmara o documento que contrarie a aprovação do procedimento e questionou o facto de o parque de estacionamento encontrar-se fechado. -----

--Salientou ser mais fácil gerir em democracia com os representantes do povo do que sem ser em democracia e sem a transparência total, concretamente na Rumo 2020 ou nos pelouros e as questões diretas por responder há mais de 2 anos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, salientou que houve uma interpretação parca por parte do Dr. Pedro Mendonça respeitante ao procedimento de diálogo concorrencial e referiu que não foi colocado à consideração da Assembleia o caderno de encargos, decisão para concessão do estacionamento de 820 lugares. -----

--Recordou que a Assembleia aprovou o início do procedimento e após consulta às entidades competentes a nível nacional e europeu, a constituição de um elemento a ser lançado num concurso mais restrito, com a participação de todos os candidatos que melhores condições apresentassem dentro da flexibilidade de gestão de variáveis tempo e número de estacionamentos.

--A decisão era submetida à Assembleia. Também os eleitos do PS nunca apoiaram ou não a concessão, apenas iniciaram o procedimento de diálogo concorrencial. -----

--Acrescentou que não existe o alvará para abertura do parque, aguarda-se a ligação de um cabo elétrico definitivo de uma baixada definitiva para alimentar o estacionamento. -----

--A CMC tem conhecimento através de documentação da EDP que os trabalhos iniciam-se no dia 2 de janeiro e após a conclusão dos mesmos, existem condições para a abertura do estacionamento, no entanto não depende da vontade do executivo. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Int
gago
R

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, usou a palavra para relembrar que o Sr. Presidente da Câmara disse que o documento de diálogo concorrencial não falava em datas e lugares de estacionamento, e que pensa que o Tribunal Constitucional. -----

--Quanto ao facto das baixadas da EDP não dependerem do Município, apenas salientou que essa situação era do conhecimento do executivo aquando a inauguração no mês de outubro. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou novamente a palavra para salientar o facto do Sr. Presidente de Câmara referir-se à sua intervenção focando que tinha como objetivo retirar competências à Câmara Municipal nesta matéria. -----

--Salientou conhecer as competências do executivo municipal e de acordo com a proposta feita não há uma alínea que retire competências ao executivo em proveito da Assembleia Municipal. -----

--Na sequência da proposta para anulamento do diálogo concorrencial, pretende-se reverter uma deliberação, através do envio de uma deliberação da Assembleia Municipal para a Câmara Municipal, no sentido de esta matéria não cair na alçada da Rumo 2020. -----

--O Presidente da Câmara deverá decidir ou não o proposto no executivo municipal, enquanto a Assembleia Municipal pode pronunciar-se sobre a matéria e constata a perda de competências por parte da Câmara Municipal. -----

--Referiu que o diálogo concorrencial foi lançado nos moldes que o Sr. Presidente declarou na presente reunião, porém acrescentou que o mesmo quando foi tornado público tinha três questões fundamentais, concretamente uma concessão, por um período de 30 anos, com 820 lugares. -----

--Disse que o diálogo concorrencial teve um desenho do executivo municipal, que vincula uma posição e foi lançado para o mercado para a existência de uma proposta em diálogo concorrencial. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, usou a palavra para referir que não há inconveniente em incorporar na moção do PS, onde é referido *"independentemente do prazo ou do número de estacionamentos a concessionar... Solicita-se ao executivo que nos termos legais dê por encerrado o processo de diálogo concorrencial"*. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, questionou o Dr. Bernardo Pereira sobre a inclusão da anulação do diálogo concorrencial na moção do PS e propôs a inclusão da gestão municipal em vez da empresa municipal, que condiciona o sentido de voto do BE. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, esclareceu que a moção do PS refere apenas o Município do Cartaxo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, colocou à votação as moções apresentadas pelas várias bancadas. -----

Por uma questão de organização de ata, as deliberações constam junto às respetivas moções. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, usou a palavra para fazer a declaração de voto do BE e dizer que votava favoravelmente todas as moções e louvava a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aceitação por parte dos vários partidos no respeito pela vontade popular expressa nas urnas, apesar das moções não serem exatamente iguais também não contrariam. -----

--Anotou o facto do Sr. Presidente de Junta de Freguesia do Cartaxo não ter manifestado publicamente a sua posição quanto à questão do estacionamento na cidade do Cartaxo, e que votou contra algumas moções apresentadas. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, solicitou que o Dr. Bernardo Pereira lesse os pontos deliberados e que passam a constar na moção do PS. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, leu a versão final da moção do PS. **(Anexo 5)** -----

MOÇÃO DO BE SOBRE O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO EMANADA PELOS SERVIÇOS -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, procedeu à leitura da Moção sobre o envio da documentação emanada pelos serviços. **(Anexo 6)** -----

--Salientou que os editais que tornariam pública a marcação da Assembleia não foram afixados nos placards para o efeito, bem como no site do Município. -----

1ª Secretária da Assembleia Municipal, no uso da palavra, esclareceu que um dos editais foi afixado no placard, no interior do edifício e não no exterior. Clarificou ainda que o site do Município, gerido pela CIMLT, não esteve em funcionamento na passada segunda feira e terça feira. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou a palavra para assumiu a responsabilidade dos lapsos detetados na documentação enviada aos membros da Assembleia e agradeceu a comunicação dos mesmos. Esclareceu que os erros derivaram de um lapso técnico e erro de software corrigido após contacto da CMC com a entidade gestora da AIRC para correção dos erros.

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, no uso da palavra informou que solicitou a substituição dos documentos com lapsos, e que os últimos que rececionou continuavam com erros, pelo que pediu novamente a sua correção ou um documento técnico a justificar os referidos erros. -----

--Espera que, durante a discussão do ponto em questão, apareça o referido documento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, colocou à votação a moção apresentada pelo BE sobre o envio da documentação emanada pelos serviços. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE, com 11 votos a favor, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 13 votos contra do Grupo do PS e 2 abstenções, 1 do Grupo do PS e 1 do Grupo do PSD. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Rita Monteiro, do PS, no uso da palavra cumprimentou os presentes e dizer a sua declaração de voto, referindo que o seu sentido de voto deve-se à coerência com uma votação na sessão da Assembleia do passado dia 1 de setembro, bem como o atraso e os erros constantes da documentação enviada aos membros da Assembleia. -

VOTO DE PROTESTO DO PSD – “JUVENTUDE AMORDAÇADA” -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra, procedeu



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à leitura do Voto de Protesto "*Juventude Amordaçada*". (**Anexo 7**) -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Rita Monteiro, do PS, no uso da palavra relembrou a aprovação da revisão da lei dos Conselhos Municipais da Juventude, no passado dia 16 de dezembro, e manifestou o seu descontentamento por nada ter sido feito em relação a esta temática.

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a aplicação de uma moção aprovada numa sessão da Assembleia em 2009. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sequência da aprovação da revisão no passado dia 16 de dezembro e a realização da sessão da Assembleia, esclareceu não ter sido possível temporalmente adequar o regulamento para incluir as preocupações suscitadas, daí achar extemporâneo a apresentação da moção. -----

--Salientou a existência de compromisso do executivo municipal para o cumprimento da deliberação tomada na Assembleia e que o mesmo faz parte das políticas prioritárias da bancada do PS e do executivo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, acha que é extemporâneo o executivo aguardar a saída de um diploma da Assembleia da República para criar um órgão para ouvir a juventude. -----

--Salientou que na anterior presidência era habitual dar exemplos de outras câmaras municipais e deu o exemplo da Câmara Municipal de Santarém, tão focado pelo Presidente Paulo Caldas, onde desde o início do mandato reúne de 3 em 3 meses o Conselho Municipal da Juventude, com regulamento próprio aprovado pelo respetivo Conselho. -----

--Neste sentido, não entende uma razão plausível para não ter sido realizado o Conselho Municipal da Juventude no Concelho do Cartaxo. -----

--Espera uma iniciativa própria por parte do Sr. Presidente da Câmara, para presidir ao Conselho Municipal da Juventude e ouvir as preocupações da juventude do concelho do Cartaxo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou a palavra para colocar à votação o Voto de Protesto do PSD sobre a "*Juventude Amordaçada*". -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Voto de Protesto, com 12 votos a favor, 1 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 11 votos contra do Grupo do PS e 4 abstenções do Grupo do PS. -----

MOÇÃO DO PSD – "*PELA RETIRADA DA PUBLICIDADE ENGANOSA*" -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra, procedeu à leitura da Moção "*Pela retirada da publicidade enganosa*". (**Anexo 8**) -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sequência da intervenção do Dr. Gonçalo Gaspar, esclareceu que apenas uma das obras mencionadas não está inscrita no orçamento e concordou com a retirada do cartaz referente ao Pavilhão Multiusos. -----

--Recordou que na campanha política de 2009 foi afixada publicidade enganosa por parte do PSD, alusiva à construção da esquadra, aos alcatroamentos, entre outros. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

*Ant
goes*

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, no uso da palavra, recordou o Sr. Presidente da Câmara sobre o alcatroamento da estrada de Santana fevereiro de 2010 após a época das chuvas e que a Comissão de Moradores da Estrada do Setil esteve presente na sessão da Assembleia de fevereiro de 2011, onde foi prometido o início da obra no mês de abril. -----

--Salientou que aguarda pelas obras respeitantes aos arruamentos municipais, à escola de negócios e à cidade do conhecimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou a palavra para colocar à votação a Moção "Pela retirada da publicidade enganosa". -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do PSD, com 11 votos a favor, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 16 votos contra do Grupo do PS e 0 abstenções. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, usou a palavra para solicitar que o Sr. Presidente da Assembleia questionasse os presidentes de junta que votaram contra, se tinham alguma declaração de voto a fazer. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia de Valada, Sr. Manuel Fabiano. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, no uso da palavra, desejou as boas festas aos presentes e disse que os habitantes da freguesia de Valada não ficaram prejudicados com as obras prometidas pela CMC, respeitante a alcatroamentos e destacou a reparação feita na estrada nacional, concretamente do Reguengo até Santana, suportado na totalidade pelo Município do Cartaxo. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, na sequência da intervenção anterior, acrescentou que a estrada apesar de reparada não foi marcada. -----

--Questionou o facto do Presidente da Junta de Freguesia do Cartaxo ter votado contra a Moção, uma vez que na reunião da Assembleia de Freguesia do Cartaxo foram colocadas questões sobre o mau estado das vias municipais da sua freguesia e o mesmo manifestou-se do lado dos queixosos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e frisou que devem ser feitas as obras espelhadas nos cartazes sobre a esquadra da P.S.P. e o Parque de Sta. Eulália. -----

MOÇÃO DO PSD SOBRE OS PROTOCOLOS COM AS COLETIVIDADES -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Paulo Mota, do PSD, começou a sua intervenção por ler a Moção sobre os "Protocolos com as coletividades". (**Anexo 9**) -----

--Deu conhecimento da realização de uma reunião entre o Sr. Presidente e os Vereadores com os representantes do associativismo do concelho, na qual o Sr. Presidente da Câmara disse que não ia honrar os compromissos relativos aos protocolos 2010. -----

--Salientou que os compromissos devem assumidos apesar das dificuldades da CMC, porque as coletividades assumiram compromissos em 2011 a contar com as verbas de 2010 em falta. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

*Int
guyas*

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anotou a falta de palavra e de honra em assumir os compromissos anteriormente assumidos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o assunto em discussão, referiu não recordar a afirmação feita na reunião com as coletividades sobre não ter intenção de honrar os compromissos, mas sim que a CMC vai honrar os seus compromissos e que estavam planeados pagamentos durante o ano 2012. -----

--Destacou o papel fundamental desempenhado pelas associações para o desenvolvimento da comunidade, substituindo muitas vezes o Estado nas suas competências. Salientou que a Câmara Municipal está ao lado do movimento de associativismo e que convocou as várias associações para partilharem os cenários e as suas realidades atuais. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, concordou que as associações prestam por vezes um serviço do Estado e lembrou que aquando da sua presidência no Ribatejano Clube Valadense foi feito um campo relvado sem dinheiro, com balizas pagas pelo Município do Cartaxo e a boa vontade e trabalho da direção e ajuda de particulares. -----

--Neste sentido, apelou às associações e clubes do concelho que sigam estes exemplos, dada a escassez de verbas. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Paulo Mota, do PSD, solicitou novamente a palavra para referir que a maioria das coletividades estiveram presentes na reunião com o executivo municipal e nenhuma demonstrou ser subsídio dependente e todas entenderam a atual conjuntura económica. -----

--Referiu estarem inscritos no orçamento 150 mil euros e quanto à dívida de 158 mil euros de anos transatos o Sr. Presidente de Câmara disse não existirem condições para honrar os compromissos anteriores e informou sobre a criação do Conselho Municipal das Coletividades onde a verba para 2012 seria distribuída e gerida de forma diferente. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Salgueiro, do PS, começou por cumprimentar os presentes e disse ser um defensor do associativismo. Pensa que a cidade do Cartaxo tem um associativismo riquíssimo, a funcionar convenientemente nas diversas faixas etárias e áreas, graças à dedicação e generosidade das pessoas. -----

--Anotou que as dificuldades de pagamento por parte da CMC influenciam o trabalho desenvolvido pelo associativismo e apelou ao Sr. Presidente da Câmara e representantes, que honrem os compromissos dentro das suas possibilidades, porque sem associativismo as terras não têm vida. --

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Ramos, do PS, salientou que os compromissos devem ser honrados e os efeitos menos positivos minimizados, assim como deve ser incutido nos responsáveis das coletividades uma gestão diferente. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Paulo Mota, do PSD, pensa que o Sr. Manuel Fabiano referiu-se ao aparelho de Estado dependente do governo central, enquanto o próprio mencionou Estado como um todo. Não discorda com a questão da subsidiodependência e destacou a construção da sede do Ateneu com dinheiro próprio e cedência do terreno pela CMC a baixo custo.-



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--Disse que as coletividades não são subsídio dependentes, ao contrário do Estado e dos responsáveis políticos, que são associativo dependentes. -----

--Anotou que antigamente as coletividades registavam uma atividade profícua sem o recurso a subsídios, que contribuíram para incrementar e melhorar a atividade desenvolvida. -----

--Terminou, sublinhando que não são as associações que dependem do poder mas o contrário. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, salientou ser habitual o Sr. Manuel Fabiano invocar evidências lógicas, quanto à questão de dar apoios sem dinheiro. -----

--Referiu ser tempo de moderar os discursos, promessas e ilusões, dada a atual conjuntura, ao mesmo tempo engordar a ação, responsabilidade, importância da palavra e assumir os compromissos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, usou a palavra para referir que o movimento associativo já existia no Cartaxo antes do poder político entrar no movimento associativo, que começou a protocolar atividades com os clubes, coletividades e associações. -----

--Referiu estar em causa a forma como foi planeada a decisão, porque não foi anunciado aos mesmos, que passavam a não contar com o apoio da Câmara, dentro de determinado tempo e as atividades eram organizadas nesse sentido. -----

--Anotou que a Câmara atrasa de ano para ano o pagamento dos protocolos do ano anterior, obrigando os clubes, coletividades e associações a assumirem compromissos, sendo muitas situações regularizadas pelos dirigentes dada a escassez de meios e recursos financeiros. -----

--Disse que as coletividades em 2011 resistiram sem o protocolo da Câmara e foram exemplo em como não são subsídio dependentes. -----

--Anotou que a Câmara deve cumprir com os seus compromissos, que é uma forma de gestão proposta, regulamentada e adotada pela Câmara, muito difícil de resistir. -----

--Referiu que as dificuldades das coletividades resultam da Câmara não ter honrado os compromissos, anunciando antecipadamente às coletividades as dificuldades e a existência de um limite para a prossecução de determinados objetivos. -----

--Alertou para o facto da Santa Casa da Misericórdia e o Jardim de Infância do Cartaxo apresentarem dificuldades quanto ao pagamento do consumo da água, por não caberem nos tarifários sociais praticados pela Cartágua. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, de acordo com o assunto em discussão, pensa que a situação deve-se à falta de contas certas e transparência na gestão. -----

--Salientou não ter conhecimento da distribuição do dinheiro, atividades ou contas das coletividades, cuja responsabilidade é da CMC. -----

--Relembrou a existência de muros de coletividades que custaram 600 mil euros e frisou que os membros municipais deviam pedir esclarecimentos ao Presidente da Câmara sobre estas questões.

--Referiu que o Presidente da Câmara não se pronunciou na questão da transparência, que é fundamental. Anotou que ao Estado cabe dar dinheiro às coletividades, que é diferente de dar



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiro às coletividades e ficarem coletivo dependentes, porque muitas vezes são formas de fazer política. Disponibilizou a colaboração do BE para a melhor forma de conceder dinheiro a quem merece e não doar nem mais um cêntimo a quem não merece, porque há muitas coletividades que não deveriam receber um cêntimo do erário público. -----

--Anotou que o Sr. Manuel Salgueiro é lesto a ter a palavra quando o assunto são coletividades e mantém o silêncio quando se trata de alcatoamentos, estacionamento, skate park ou água. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Paulo Mota, do PSD, na sequência da intervenção do Dr. Vasco Cunha, referiu que o executivo não deve assumir compromissos e criar esperanças que levem à frustração de dirigentes e consequente anulação de atividades. -----

--Na sequência do Sr. Presidente da Câmara ter-se manifestado aberto e entusiasmado com a promoção do fórum do associativismo, apontando a sua realização no início do ano 2012, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o assunto em discussão. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Salgueiro, do PS, pediu novamente a palavra para informar que o tema do referendo local, realizado no dia 18 do corrente ano, foi abordado pelo executivo, na reunião do executivo da junta de freguesia do Cartaxo. -----

--Considerando a importância do exercício dos direitos, liberdades e garantias do cidadão, congratulou-se com o resultado final e lamentou a fraca afluência dos eleitores do Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, recordou que o Sr. Carlos Mota lançou o desafio ao Vereador Pedro Gil e foi definido como prioridade do executivo após a tomada de posse. -----

--Reforçou a importância da existência de um órgão, para maior proximidade dos dirigentes associativos e possibilitar uma palavra ativa nas funções de aconselhamento à CMC. -----

--Relembrou ter iniciado a reunião informando sobre as perspetivas para 2011 e 2012 e entregou um projeto de regulamento do Conselho Municipal do Associativismo aos dirigentes associativos. ---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou a palavra para colocar à votação a Moção sobre os "Protocolos com as coletividades". -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do PSD, com 8 votos a favor, 6 do Grupo do PSD e 3 do Grupo da CDU, 12 votos contra do Grupo do PS e 6 abstenções, com 4 votos do Grupo do PS e 2 do Grupo da BE. -----

-- **O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Salgueiro, do PS,** no uso da palavra fez a sua declaração de voto, referindo que a sua abstenção devia-se ao compromisso do Sr. Presidente da Câmara em ter uma articulação com o associativismo. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

INCLUSÃO DE UM PONTO NA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, deu início ao período da ordem do dia e propôs a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos, a pedido do executivo municipal, intitulado "*Isenção da Derrama à Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA*". ----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, concorda



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials in the top right corner.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a proposta apresentada, desde que o Sr. Presidente da Câmara se comprometa a ter um comportamento igual, quando a oposição solicitar a inclusão de um ponto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, disse que a Mesa está disponível para incluir pontos na Ordem de Trabalhos, de acordo com a lei. -----

--De seguida, colocou à votação a proposta para inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos. ----

Deliberação: A Assembleia deliberou, por unanimidade, a inclusão do ponto na ordem de trabalhos, com 23 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por dar conhecimento dos assuntos incluídos na ordem do dia: -----

Ordem do Dia

1. Apreciação do relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro /**para apreciação**; -----

2. Execução do plano de saneamento financeiro - 1.º Semestre de 2011 /**para apreciação**; -----

3. Empréstimo a curto prazo para 2012 /**para deliberação**; -----

4. Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município do Cartaxo para o ano de 2012 /**para deliberação**; -----

5. Informação semestral prestada pelo auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município – 1º semestre de 2011 /**para apreciação**; -----

6. Concurso Público n.º 3/2011/CCE – Aquisição de combustíveis rodoviários, gás propano a granel e lubrificantes – Anos 2012/2013/2014 – Prévia autorização /**para deliberação**; -----

7. Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo /**para deliberação**.-

8. Eleição de um membro efetivo e suplentes para a Assembleia intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CILMT). -----

PEDIDO DE ALTERAÇÃO NA ORDEM DE TRABALHOS -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, propôs a alteração nos pontos da Ordem de Trabalhos, concretamente os pontos 3 e 5. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, colocou à votação a Proposta apresentada pelo Grupo do PSD. -----

Deliberação: A Assembleia deliberou, por unanimidade, a alteração dos pontos da Ordem de Trabalhos, com 23 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

1. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE SÍNTESE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2011 A 31 DE MARÇO DE 2011 --

Moção do BE sobre os protocolos de transferência de verbas por contrapartida de competências delegadas -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, procedeu à leitura da Moção sobre os "Protocolos de transferência de verbas por contrapartida de competências delegadas". (Anexo 10) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a Moção apresentada pelo Grupo do BE. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE, com 10 votos a favor, 5 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e do Grupo do BE, 14 votos contra do Grupo do PS e 3 abstenções, 2 do Grupo do PS e 1 do Grupo do PSD. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Eng.^a Luísa Pato. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato, do PSD, alertou para a deficiente iluminação no campo da feira, que é o trajeto utilizado os alunos da escola secundária durante o período de aulas. -----

--Propôs a imposição de regras à EDP e à PT, para a passagem subterrânea de cabos elétricos, proibindo que atravessassem ruas e frentes das construções. -----

--De acordo com o facto do Centro Cultural do Cartaxo não estar refletido no Plano de Atividades, Orçamento e Relatório de Contas, em termos financeiros, produção e equipamento, questionou a gestão do equipamento quanto ao agendamento de espetáculos e cedência do espaço, a gestão ser autónoma do diretor do equipamento ou a existência de alguém no executivo com a competência para aprovar as opções artísticas e cedências emitidas pelo diretor do Centro Cultural.

--Solicitou que fosse facultada a calendarização pormenorizada dos espetáculos do Centro Cultural, até maio de 2012. -----

--Questionou também a formação e competência do diretor do Centro Cultural, para gerir autonomamente a cedência do espaço e contratação de espetáculos. -----

--Na sequência dos dois espetáculos realizados no mês de dezembro, anotou lotação máxima quando os mesmos são gratuitos. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, lamentou o sentido de voto dos presidentes de junta, que são os principais interessados na firmação dos protocolos e lamentam-se pela falta de cumprimento da palavra da Câmara na transferência de verbas. -----

--Deu nota que rececionou os dados solicitados ao executivo através do Presidente da Assembleia e constatou que a dívida da Rumo, a 31 de outubro representava 2 550 000 M€, em dezembro de 2010 cerca de 13 000€, os empréstimos da Rumo no valor de 4,1 M€, o que perfaz uma dívida da Câmara, a 31 de novembro aproximadamente 50 M€. -----

--Solicitou mais uma vez os dados e lembrou ter requerido uma cópia assinada e datada por quem emitiu o parecer jurídico distribuído aos membros da Assembleia, justificando a retirada dos pontos da Ordem de Trabalhos, que o BE tinha solicitado a inserção, bem como os dados referentes à lei que entrou em vigor e que o Vereador Fernando Martins comprometeu-se enviar. ---

--Na sequência da solicitação de justificação pelo não pagamento aos membros das mesas de voto,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o executivo respondeu que foi pago mas não justificou o pagamento quatro meses depois. -----

--Referiu que não foi facultada a listagem das dívidas dos fornecedores da Câmara em 31 de outubro e anotou no relatório enviado à IGAL, no dia 30 de junho de 2011, constava uma dívida a fornecedores de 9.278.000 M€ e no relatório de atividades fornecido aos membros da Assembleia era apenas de 4 M€. -----

--Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a marcação da primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança, que visa tornar definitivo o regulamento do mesmo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Prof.ª Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, questionou o ponto da situação referente ao pagamento das bolsas dos projetos Leonardo D' Vinci, ao restante valor da verba orçamentada para a reparação dos diques em Valada e aplicada na respetiva freguesia, bem como ao pagamento das senhas de presença. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, na sequência da intervenção da Eng.ª Luísa Pato, disse que o BE solicita desde o início do mandato informações sobre o Centro Cultural, não entende serem facultadas. -----

--Salientou a falta de política cultural no concelho do Cartaxo e questionou a não existência de serviços educativos congregados dos três equipamentos camarários, nomeadamente centro cultural, biblioteca e museu rural e do vinho. -----

--Anotou que a biblioteca tem poucos livros cedidos ao domicílio ou movimento, pela inexistência de serviços educativos, ao contrário do centro ou do museu. -----

--Questionou ainda não existirem serviços educativos comuns ao serviço da comunidade educativa, bem como não ser dado conhecimento do número de espetadores no centro cultural, das qualificações profissionais do diretor do museu rural do vinho, a política adotada, o número de horas extraordinárias, viagens pagas e existência de relatórios. -----

--Questionou também se o centro cultural, biblioteca e museu rural e do vinho estão a trabalhar na mesma política cultural do Município, com serviços educativos a funcionar em conjugação e equipa. -----

--Propôs a realização de uma assembleia temática sobre a cultura. -----

--Solicitou esclarecimentos quanto ao facto do Museu registar um número de visitas de adultos superior a crianças, quando museu poderia ser uma "escola" de uma realidade rural que está a desaparecer. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, de acordo com a intervenção da Prof.ª Emília Soares sobre as bolsas de estudo para os alunos do ensino superior, referiu ser uma iniciativa louvável do Município e anotou a abertura de inscrições para o ano letivo 2011/2012 enquanto as bolsas do ano anterior ainda não foram pagas. -----

--Alertou que o próximo Relatório deverá ser mais completo em relação à Divisão Municipal de Desenvolvimento Social, porque não constam alguns equipamentos e não comporta dados referentes ao centro de convívio, estádio municipal, skate park, entre outros. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

ht
gagiao
P

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--Partilha as dúvidas mencionadas pela Eng.^a Luísa Pato e Dr. Pedro Mendonça, mas como utilizador regular do centro cultural está esclarecido quanto a determinados no caso da promoção de diversos espetáculos ao ar livre. -----

--Acha que os custos devem ser considerados de forma relativa, ou seja, a cada um dos equipamentos deve ser considerada a relação custo/benefício, a valoração do benefício quanto à exploração do equipamento cultural, que é fundamental e depende da política cultural implementada. -----

--Espera que a omissão do centro cultural e estádio municipal no relatório não esteja relacionada com uma eventual e futura ideia de gestão na linha de outras que têm sido tomadas, como a que deu origem ao referendo e sejam apresentados elementos que não foram apresentados ao longo dos anos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, quanto à Divisão de Desenvolvimento de Finanças, estava previsto 63 M€ de receitas na execução orçamental das contas de 2011, e foram cumpridos cerca de 16 M€ em novembro. Verifica-se uma execução orçamental de 25% do lado da receita e igualmente 25% do lado da despesa. -----

--Anotou uma previsão de investimento de 26,5 M€ para 2011, e que até ao último dia de novembro foram investidos cerca de 1.780 mil euros, correspondente a 7%. Salientou que a Câmara Municipal por cada €100 de orçamento executou €7. -----

--Por último, questionou o atraso no pagamento nas refeições escolares fornecidas pelo Centro de Dia de Valada. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Rodrigo Rodrigues, da CDU, pediu esclarecimentos sobre a falta de pagamento dos medicamentos aos seniores do concelho e o não cumprimento da proposta da bancada da CDU, aprovada em sessão da Assembleia do passado dia 28 de junho, quanto à circulação de veículos de transporte de combustível na EM 512, evitando atravessar as freguesias de Ereira e Vale da Pinta. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, questionou a autorização de despesas relativas às senhas de presença por parte do Sr. Presidente da Assembleia e se foi dado conhecimento ao Presidente da Câmara para que procedesse aos procedimentos administrativos. --

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em resposta ao membro do BE, referiu que após cada sessão da Assembleia é enviado um ofício ao Sr. Presidente da Câmara a comunicar as presenças dos membros da referida sessão da Assembleia. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, salientou que de acordo com o artigo 54º, compete ao Presidente da Assembleia Municipal autorizar as senhas de presença e enviar um ofício ao Sr. Presidente da Câmara a solicitar o seu pagamento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respondeu que formalmente não foi feito, no entanto as senhas de presença são comunicadas ao Sr. Presidente da Câmara após cada sessão da Assembleia. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

74
gaciao

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE**, sobre o assunto em discussão, anotou o problema estar do lado do executivo municipal porque não paga. -----

--Questionou quais os custos que acarreta para o Município a partida do rali Portugal Dakar. -----

--Salientou que o retorno financeiro no ano transato foi nulo para o Município e lamentou o Município aparecer novamente associado a uma prova, que passa por zonas sob ocupação de ditaduras associadas a questões de segurança e de direitos humanos, motivos que levaram à alteração do percurso do Paris Dakar para a América Latina. -----

--Anotou a prova ser uma prioridade para o Município, ao contrário do prometido pagamento dos medicamentos aos idosos. -----

--De acordo com o solicitado por parte de uma munícipe, colocou um conjunto de questões relacionadas com a falta de manutenção do jardim de Sta. Eulália, as estratégias e as tarefas pensadas e delineadas, e os custos das mesmas, ou seja, a existência de um plano de manutenção para tornar o Parque verdadeiramente público e não ser apenas mais uma inauguração; o excesso de aspersores em algumas rotundas da cidade, nomeadamente entre o Intermarché e a saída para a EN 3, ou se está prevista a contagem dos mesmos e um levantamento das necessidades; se a CP foi contactada para baixar ou tornar a linha suburbana ou algo similar, ou se existe alguma iniciativa junto das entidades privadas ou do TUC para uma ligação Cartaxo/Vila Chã de Ourique ou ferrovia, conforme prometido pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, respondeu à Eng.^a Luísa Pato que foi dado conhecimento à EDP a questão da iluminação junto às bermas no campo da feira, para salvaguarda dos transeuntes. -----

--Manifestou a sensibilidade do Município para a passagem aérea e subterrânea de cabos elétricos por parte da EDP e PT, no entanto, dada a conjuntura económica atual, as entidades não têm condições para onerar os trabalhos e perante a existência de corte ou extensão de linha opta-se por passagens aéreas. -----

--Informou que a programação do centro cultural é feita numa base trimestral, aprovada pelo responsável pelo pelouro, Vereador Fernando Martins, no primeiro mês antes do trimestre anterior ao início da programação e mediante a apresentação de propostas por parte do coordenador. -----

--Esclareceu que foram nomeados apenas coordenadores, responsáveis pela sua área de trabalho, com tarefas, objetivos e concretizações estipuladas. -----

--Destacou o trabalho desenvolvido Dr. Marco Guerra, responsável pelo Centro Cultural, a sua sensibilidade na matéria e liberdade para sugerir e propor locais para a realização de espetáculos, tendo em consideração a intenção do Município levar o centro cultural para "fora de portas", no sentido de valorizar as principais artérias da cidade e apoiar o comércio local através da realização de eventos nestes espaços. -----

--Esclareceu que a diferença existente na listagem de fornecedores em dívida resulta do relatório semestral da contabilidade ser patrimonial e os documentos da IGAL constar a contabilidade



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamental. -----

--Pensa reunir o Conselho Municipal de Segurança entre o 1º e 2º mês do ano. -----

--Anotou que o pagamento das bolsas Leonardo D'Vinci, com a estadia paga em antecipação e mensalmente é devolvida aos jovens. -----

--Também salientou que o dinheiro para a reparação dos diques são verbas estimadas e que a intervenção é feita sempre que se justifique. -----

--Anotou que vai ser solicitado ao jurista da autarquia o enquadramento legal para contabilização no IRS respeitante ao pagamento das senhas de presença em falta. -----

--Destacou a aplicação de uma política de aproveitamento de sinergias no museu e centro cultural, enquanto no espaço da biblioteca são desenvolvidas diariamente aulas ao PIEC, condicionando o desenvolvimento de outras atividades no âmbito educativo. -----

--À semelhança do centro cultural, o museu rural e do vinho também não tem diretor e disse que é visitado essencialmente por alunos das escolas do concelho, enquanto uma grande parte dos adultos resultam de excursões. -----

--Informou que as bolsas de estudo são regulamentadas pela autarquia, foi pago o ano 2009 e mediante disponibilidade financeira será efetuado o pagamento de 2010 e 2011. -----

--Deu nota da elaboração por parte da autarquia de um conjunto de indicadores que traduzem a atividade centro cultural, centro de convívio, estádio municipal e skate park. -----

--Salientou não serem tangíveis os benefícios de uma política cultural, ainda que seja agregado um conjunto de fatores faltam alguns dados para uma leitura mais profunda dos elementos. -----

--Quanto à intenção do Município levar o centro cultural para "fora de portas" e através do Conselho Municipal do Associativismo criar uma aproximação das associações e freguesias ao centro cultural e vice-versa, dinamizando a cidade e as freguesias. Salientou que a gestão do centro cultural é de apenas de carácter municipal. -----

--Concorda com a receita de 26% para a taxa de execução estipulada no Relatório, no entanto verifica-se uma taxa de execução menor ao nível das receitas de capital. As receitas correntes correspondem a 43%. Em termos de execução, capital versus corrente houve uma 8,2% contra 43%, perfazendo uma execução de 26%. -----

--Quanto às despesas, 43% igual em termos correntes e 12% de capital, nestes últimos meses do ano por execução física e financeira de algumas das obras, engrossando o valor da dívida. -----

--Confirmou atrasos no pagamento das refeições ao Centro de Dia de Valada e a colocação de um sinal de proibição a veículos de transporte de combustíveis nas freguesias de Ereira e de Vale da Pinta. -----

--Referiu o pagamento amiúde dos medicamentos aos idosos, devido ao aumento de utilizadores do cartão sénior regista uma despesa mensal de 7 mil euros por mês, equacionou a diminuição do valor por cartão para conseguir dar resposta a todos e proceder aos respetivos pagamentos. -----

--Informou que a situação dos aspersores de rega da Quinta de Sta. Eulália está a ser trabalhada



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a empresa responsável pela manutenção, que a partir de abril é assumida pela CMC. -----

--Deu conhecimento que a CP não manifestou abertura quanto às propostas feitas por parte da CMC, aludindo ao elevado deficit na linha do norte. -----

--Anotou não existirem condições para assegurar o transporte Cartaxo/ Setil, devido ao reduzido número de utilizadores, cerca de 9 pessoas por dia utilizam os 18 transportes disponíveis. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, propôs a inserção de um ponto 10, na Ordem de Trabalhos, sobre a autorização do executivo municipal para iniciar o tratamento dos protocolos com as juntas de freguesia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que a inserção de um ponto na Ordem de Trabalhos deve ter o consentimento da Assembleia e ser solicitada no período antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dra. Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, alertou o Sr. Presidente da Câmara que os dados enviados para a IGAL são contabilidade patrimonial ou orçamental. Os dados para a DGAL referem-se à relação das dívidas a fornecedores no valor de 9 M€. Salientou ter questionado a dívida a fornecedores a curto prazo conta corrente no valor de 2,7 M€ e dívidas a fornecedores de imobilizado de conta corrente 1,5 M€, o que perfaz 4,3 M€. -----

--Neste sentido, questionou o executivo municipal ter apresentado à Assembleia uma dívida de 4 M€ e enviar à DGAL o valor de 9 M€. -----

--Salientou o Sr. Presidente não ter mencionado a assunção da dívida consolidada do Município com a Rumo em 31 de outubro, que de acordo com os dados facultados é de 50 M€ e não de 42 M€. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, salientou que a renda respeitante ao direito de passagem subterrânea dos cabos pode ser uma fonte de receita para o Município, pelo que deve ser exercida uma maior for a pressão junto da EDP. -----

--Questionou se a decisão da pessoa que superentende o centro cultural tem a concordância do executivo municipal. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, lembrou que foi aprovado em sessão da Assembleia a comparticipação dos medicamentos aos utentes do cartão sénior e alertou para as dificuldades sentidas pelas juntas de freguesias face às verbas dos protocolos. -----

Deliberação Ponto 1: A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea e) do artigo 53º da Lei nº 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu nota da proposta apresentada pelo Dr. Vasco Cunha, para discussão em simultâneo do ponto 2 e 3. -----

2. EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 1º SEMESTRE DE 2011 -----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Execução do Plano de



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

*for
geijos*

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Saneamento Financeiro – 1º semestre de 2011. -----

3. INFORMAÇÃO SEMESTRAL PRESTADA PELO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE DE 2011 -----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação semestral prestada pelo auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município – 1º semestre de 2011. -----

INTERVENÇÕES REFERENTES AO PONTO 2 E 3 -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dra. Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, questionou a presença na sessão, de um responsável ou do Revisor Oficial de Contas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou a Dra. Odete Cosme que o Revisor Oficial de Contas retirou-se da sessão. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, quanto ao relatório de acompanhamento do Plano Financeiro, salientou que o ROC refere na página 7 que o endividamento do Município respeitou os limites para os empréstimos a médio e longo prazo e endividamento líquido. No entanto, ao analisar o ponto seguinte referente à informação semestral prestada pelo mesmo ROC, o mesmo diz que *"conforme apresentado no ponto "b" acima"*, que é a análise do endividamento do Município, *"os cálculos do endividamento efetuados na ficha do Município à DGAL não excedeu os limites"*, mas se for considerada a nota 7, que são as reservas criadas pelo Revisor, e a nota 10 do parecer do mesmo, ambos os limites são excedidos na informação semestral. -----

--Quanto às reservas, referiu que o Revisor considera encontrarem-se relevadas nas demonstrações financeiras o valor de €17,5 relativos às contrapartidas da Ota, que traduz um aumento da situação líquida de igual valor. Tem conhecimento que estas contrapartidas nunca corresponderam à receita, pelo que a mesma deve ser regularizada. -----

--Questionou o ROC quando refere ainda na mesma reserva, a regularização de ativos relacionados com protocolos no valor de 1.067.000 M€. Após a devida regularização, a situação financeira do Município vai de acordo à falência técnica do Município. -----

--No ponto 10, o ROC também aponta que os limites de endividamento são excedidos se for considerado o registado, salientando o registo de acordos de pagamentos a fornecedores no valor de 12 M€, com um depósito máximo de 8 anos, nas demonstrações financeiras. -----

--Portanto, trata-se de empréstimos a 8 anos, apresentados de forma sub-reptícia nas contas e influenciam as mesmas parecendo que está tudo bem. -----

--Salientou que o ROC evidencia a situação e previne-se em futuras inspeções com a reserva. -----

--Salientou que na página 23, do Plano Financeiro, o mapa de evolução da despesa corrente respeita ao compromisso perante as entidades e o Tribunal de Contas por parte do município, no sentido do saneamento financeiro manter uma política de crescimento das despesas não superior a



Município de Cartaxo | Assembleia Municipal

Int
gração

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3%, desde a altura em que foi criado o empréstimo e saneamento financeiro. -----

--Anotou que nada foi cumprido, prevendo-se que o total da despesa corrente em 2010 não ultrapassasse os 13,4 M€, que foi de 24 M€, e em 2011 não fosse ser superior a 13,7 M€, estando previsto em orçamento 27 M€. Salientou que o executivo comprometeu-se subir 2% e duplicaram. --

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra procedeu à leitura do documento "Situação Financeira do Município do Cartaxo". **(Anexo 11)** -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, pediu a palavra para informar que os protocolos que constam no ativo não estão relacionados com os protocolos para as coletividades e juntas de freguesia, que estariam no passivo. -----

--De acordo com informação do ROC, referem-se a verbas em que a autarquia fez as obras a outras entidades, constituindo como receita 1 067 000 €, mas faltam as contrapartidas dos custos. -

--O ROC defende a respetiva regularização, porque no ativo estão lançados apenas os proveitos e não os custos, resultando numa manobra financeira, que levou o ROC a constituir uma reserva para salvaguarda. -----

--Também os acordos de pagamento de 591 mil euros, que a autarquia deve à ADSE, C.G.A. e segurança social, representam o valor a ser pago pela autarquia no mês de setembro como entidade patronal. Não se trata da retenção que a autarquia está a praticar, sobre os descontos feitos pelos funcionários. -----

--Quanto à análise do relatório de acompanhamento financeiro, o balanço demonstra um resultado líquido negativo de 1,7 M€. -----

--Acrescentou à intervenção do Dr. Vasco Cunha, que dos 26 M€ apregoados pelo executivo e antigo presidente sobre a vinda de dinheiro do QREN, apenas entraram 87 mil euros nos cofres da Câmara referentes à comparticipação de acordo com informação do município -----

--Mais uma vez questionou o ponto da situação da dívida da Câmara e o que pensa o executivo municipal fazer sobre o assunto. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, destacou a retirada da bancada da CDU na sessão extraordinária do passado dia 15 de novembro, aquando da não aprovação por parte do PS da reintegração dos pontos requeridos pelos requerentes da Assembleia Extraordinária e retirados pelo Presidente da Mesa da Assembleia, justificando a não existência de documentos para a respetiva discussão. -----

--Salientou tratar-se de uma ilegalidade ratificada pelos votos do PS, com a justificação que o relatório do ROC não estava concluído e aparecer na sessão o relatório datado de 19 de setembro, prova que a CDU tinha razão em não pactuar com a ilegalidade que foi cometida e ratificada. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, referiu que os factos relatados nas intervenções do Dr. Vasco Cunha e da Dra. Odete Cosme não são uma novidade, ao contrário da admiração do Sr. Presidente da Câmara. Cada vez fica mais patente que o Sr. Presidente da Câmara não tem conhecimento das contas da autarquia, não percebe o que estava a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser mencionado aquando da discussão do plano de saneamento financeiro. -----

--Questionou o valor pago anualmente ao ROC e o facto do mesmo não estar presente na sessão da Assembleia para responder às questões colocadas. -----

--Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara se autorizava as técnicas da autarquia a prestarem esclarecimentos, dado o seu embaraço aquando das questões colocadas no âmbito financeiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em relação à primeira intervenção do BE proferida pela Dra. Odete Cosme, salientou que não ouviu nenhuma pergunta ou algo que induzisse a uma resposta, mas sim um conjunto de afirmações e da mesma forma para o Dr. Vasco Cunha, a quem solicitou o documento apresentado para análise. Concordou com a intervenção do Sr. Carlos Mota.-

--Salientou tratar-se de uma situação delicada, que exige um esforço de análise e soluções por parte de quem lidera e trabalha diariamente. -----

--Destacou que o PSD apresentou gráficos e demonstrou um conjunto de valores, com a sua interpretação sobre uma realidade, mas não apresentou soluções. -----

--Referiu que os eleitos do PS esperam um conjunto de soluções por parte da oposição, acredita que este caminho traduz-se em resultados mais positivos para os munícipes e comunidade. -----

--Relembrou que a questão da ilegalidade das datas deve-se ao facto de ter solicitado a sessão da Assembleia no dia 17 e não no dia 15, uma semana depois de ter sido emboçado Presidente de Câmara. Nesse espaço de tempo pretendia reunir a documentação e apresentá-la depois de analisada, através da Mesa e solicitar a sua inclusão na Ordem de Trabalhos. Apesar de não ter sido possível, assume a realidade. -----

--Salientou uma evolução, fruto da execução física e financeira dos investimentos que avançaram, para os valores apresentados na sessão da Assembleia do passado dia 15 de novembro. -----

--Tendo a CMC submetido cerca de 2,5 M€ de faturação ao INALENTEJO, transita para o orçamento como valor em dívida, pelo menos estão garantidos 80%. Neste sentido, a gestão de investimentos deve ser criteriosa e apostar nos desafios comparticipados ou aqueles cuja contrapartida nacional for assegurada por entidades terceiras e da administração central. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, informou o Sr. Presidente da Câmara que o artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, confere as competências do presidente de câmara, que a oposição não exige mais do que a lei obriga, pelo que deve informar o estado atual da dívida a fornecedores. -----

--Salientou que o Sr. Presidente da Câmara tinha conhecimento da situação a 31 de outubro e que o cargo de Vice-Presidente é de muita responsabilidade. -----

--Apelou à transparência das contas da autarquia e que não fossem mascaradas, anotando que a CMC recebe comparticipações da EU se demonstrar que tem dinheiro. -----

--Espera que o Sr. Presidente da Câmara não passe dois anos de mandato a desculpar-se com os erros que fez enquanto Vice-Presidente, não estando preparado para Presidente, pelo que a culpa não é do Dr. Paulo Caldas. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, esclareceu que a sua intervenção não visava criticar o Sr. Presidente da Câmara, era endossada ao Presidente da Mesa, que ilegalmente retirou três dos cinco pontos da Ordem de Trabalhos, propostos pelos requerentes da Assembleia Extraordinária, incluído o ponto 2, referente à informação semestral prestada pelo auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, do 1º semestre de 2011, para conhecimento. -----

--Salientou ter sido dada uma justificação não plausível para a retirada do ponto, atendendo que não existia relatório do ROC e na presente sessão é apresentado um relatório datado de 19 de setembro. Neste sentido, a sua crítica é reiterada no sentido da ilegalidade cometida pelo Presidente da Mesa na anterior sessão da Assembleia e ratificada pelo PS. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, quanto à apresentação do gráfico por parte do Dr. Vasco Cunha, salientou o valor de previsão de receita na primeira variável e depois o valor real de execução. Na sua opinião era correta entrada de outra variável, respeitante ao valor real recebido pelo Município do Cartaxo durante o período, permitindo verificar a aplicação do dinheiro recebido pela Câmara Municipal. -----

--Com a entrada de uma variável respeitante a uma receita, que hipoteticamente pensa-se que vai ser recebida, como a verificação da percentagem que na realidade é muito baixa em relação à execução orçamental, com um valor muito alto e jogando os vários fatores ao mesmo tempo leva a uma enorme discrepância. -----

--Para o gráfico representar a realidade do recebido e pago, devia constar o valor real que a CMC auferiu durante um ano, o valor real despendido durante o mesmo período, com a obra executada ou não durante o mesmo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra para informar que vai prestar pessoalmente os devidos esclarecimentos ao Sr. Manuel Fabiano. -----

--Quanto à intervenção do Sr. Presidente de Câmara, salientou que ao longo de 8 anos e 2 anos como Vice-Presidente foram feitas muitas propostas, algumas repudiadas e outras aceites como a proposta do IMI. -----

--Salientou que o PSD considerou o parque central como uma obra não prioritária para o Cartaxo, mas o executivo na direção ao abismo, achou que devia seguir com a mesma. Anotou a existência de problemas de estacionamento que exigissem manifestações, exigências ou abaixo assinados para a construção de um parque de estacionamento, pelo contrário passou a haver um parque de estacionamento onde não havia problemas de estacionamento e problemas por causa de um parque de estacionamento. -----

--Pensa que o Sr. Presidente de Câmara recebeu o contributo e a confiança por parte da bancada do PSD, no entanto vai apresentar um orçamento que vai ser aprovado, com a confiança e o contributo do PS. -----

--Na sequência da afirmação do Sr. Presidente de Câmara em reunião de Câmara, sobre a Câmara



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

*for
guerra*

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despender 10 mil euros para o Paris Dakar, considerou a importância de um retorno para CMC. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, pediu a palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o facto de ter referido na sessão do passado dia 15 de novembro o valor da dívida e solicitou que referisse o valor da mesma novamente. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu à Dra. Odete Cosme que a dívida da CMC na altura era de 41 588 000 M€ e 5,5 M€ da empresa municipal Rumo 2020. -----

-A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, salientou que o Sr. Presidente da Câmara provavelmente não estava informado por parte da Rumo 2020 e recordou ter solicitado ao Sr. Fernando Martins esclarecimentos sobre os mapas que constavam no site da CMC e esclareceu que o valor da dívida da Rumo 2020 era aquele que já tinha dado na sessão de 15 de novembro, o que não corresponde à verdade. De acordo com a documentação facultada no início da sessão pelo Sr. Fernando Martins, a 31 de outubro, a Rumo 2020 apresentava outra dívida, de 5,5 M€ passava para 6,6 M€. -----

-Neste sentido, o Sr. Presidente da Câmara não estava bem informado sobre o valor da dívida. Portanto, somando o valor com o facultado sobre a situação financeira a 30 de novembro, consolidada com a dívida de 31 de outubro são 50 M€ e não 47 M€ que referidos pelo Sr. Presidente, nem os 41 M€ que o antecessor disse à rádio Cartaxo e aos meios de comunicação social. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou a palavra para referir que o apresentado pela Dra. Odete Cosme não rebate as suas afirmações a 15 de novembro. Destacou o pagamento de 1 M€ efetuado pelo QREN, respeitante à comparticipação do parque central. -----

-O tema da dívida deve-se à dívida e aos investimentos no terreno, deve ser ponderada e assumida, com base nos fluxos financeiros diretamente relacionados com as faturas do Inalentejo e dos empreiteiros. -----

-Face ao atual quadro real apresentado não vê onde há ausência de transparência e rigor, antes pelo contrário, todas as contas são apresentadas com os números corretos e de acordo com a legislação específica para o efeito. -----

4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO CARTAXO PARA O ANO DE 2012 -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, salientou que ao longo dos anos tem caracterizado o orçamento como irrealista e irreal, este ano considera-o surreal pelas condições macroeconómicas e valores identificados no orçamento. -----

-Tendo o orçamento uma proposta de 63 M€ contra 61 M€ do ano passado e analisados os orçamentos aprovados nas câmaras municipais de Coruje, Santarém, Alpiarça, Rio Maior, Benavente e Vila Franca de Xira, verifica-se uma diminuição nos mesmos. -----

-No seu ponto de vista o orçamento devia ser enquadrado a pensar nas pessoas e menos nas



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

*for
que*

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obras, como o caso dos pagamentos dos medicamentos aos seniores, bolsas em atraso aos estudantes, protocolos às coletividades e refeições escolares em atraso. Trata-se de um momento em que a situação económica e financeira é de emergência. -----

--Anotou o facto de continuarem contabilizadas as contrapartidas da Ota e lembrou que há um ano e meio atrás, o Ministro das Obras Públicas, Eng. António Mendonça, suspendeu as contrapartidas da Ota e que o novo ministro na passagem de poderes nem sequer recebeu um dossier sobre este assunto. -----

--Recordou que a publicidade leva 447 mil euros do orçamento, cerca de 1 200 mil euros por dia, acha que este valor podia ser aplicado para pagamento de protocolos às coletividades. -----

--Quanto às rubricas genéricas sem caracterização específica, verifica que a aquisição de serviços surge com um montante de 11,5 M€ e os outros serviços com 3,2 M€ de previsão para 2012. -----

--Concluiu que estas verbas perfazem 14,7 M€, que desconhece a sua finalidade. -----

--No texto enviado de abertura do orçamento refere que "*consolidar implica reduzir para cerca de metade o valor das principais rubricas das despesas correntes*" e ao verificar algumas das principais rubricas da despesa corrente, a aquisição de serviços e o pessoal, questionou onde vai o Sr. Presidente da Câmara cortar para metade o valor da despesa corrente. -----

--Por outro lado, anotou que do ponto de vista do PSD o orçamento devia balizar-se em função do que foi acordado com o Tribunal de Contas com o saneamento financeiro. Cada vez menos reflete o que está no saneamento financeiro, este foi autorizado e votado mediante um compromisso da CMC e dos órgãos autárquicos do Cartaxo para cumprimento de um plano plurianual ao longo de vários anos um conjunto de compromissos. -----

--Neste momento, o saneamento financeiro e o orçamento não refletem nada em comum. -----

--Agradeceu aos colaboradores da CMC, que fizeram um esforço notável, para os membros da Assembleia Municipal terem a documentação. Compreende que as orientações políticas muitas vezes fazem com o que do ponto de vista técnico é possível fazer não seja exatamente o mesmo. --

--Referiu que o executivo municipal cumpriu a lei do estatuto da oposição, ouvindo o PSD aquando da feitura do orçamento e salientou que o PSD vai votar contra o orçamento apresentado. -----

--Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ereira da bancada do PSD, que provavelmente acordou o orçamento da sua junta de freguesia com o executivo municipal e é um homem livre de votar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, procedeu à leitura da Moção sobre o "*Orçamento 2012*". (**Anexo 11**) -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, quanto à proposta de orçamento apresentada, o Grupo da CDU fez uma análise detalhada das diversas rubricas e neste sentido deu diversos exemplos de anacronismo e de situações que não concordam ou duvidam. -----

--Na sequência da intervenção do Vereador Mário Júlio em reunião de Câmara, acrescentou o não



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumento dos ordenados dos funcionários e diminuição das despesas, bem como o aumento da despesa com o pessoal cerca de 150 mil euros. -----

--Anotou a existência de aspetos genéricos que são suficientes para o Grupo da CDU não aprovar o orçamento. -----

--Numa altura em que todas as entidades nacionais e internacionais preveem uma recessão económica no país, encontrando-se este vinculado a um acordo que obriga que os fundos de apoio sejam reduzidos, com um orçamento que insiste nas parcelas maiores e mais de metade do valor das respetivas rubricas aparecem com a designação muito expressiva de "outros", o parecer do ROC relativamente à situação financeira da CMC para que a CDU não votasse o orçamento que é pura ficção e a CDU não pauta a sua atuação por qualquer tipo de ficção, mas sim passos concretos, bem assentes na realidade. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, salientou ter solicitado documentação e justificação em relação aos vários erros que os documentos continuam a conter, concretamente quanto nas grandes opções do plano, rubrica 010208010101 – comparticipação em projetos de desenvolvidos pela Rumo 2020, ter sido alterado o espaço temporal que vinha de dois orçamentos anteriores, no último orçamento ia até 2014 e passou para 2032 com um acréscimo de mais de 12 M€, pelo que solicitou novamente esclarecimentos ao executivo. -----

--Salientou ainda ter solicitado esclarecimentos quanto ao saldo realizado enviado posteriormente, com a fase em que se encontra o projeto e o orçado para este ano, em várias situações no decorrer do documento, concretamente o Projeto Capital do Vinho não tem fase ou a comparticipação de infraestruturas desportivas, associações e coletividades como o Ateneu está na fase 5 – concluída, realizados 57 mil euros e orçados para 2012 o valor de 110 mil euros. -----

--Questionou o valor do orçado não poder ser superior ao realizado, quando muito é inferior porque é o que falta pagar. -----

--Salientou que o mapa de pessoal proposto prevê a criação de 54 lugares de pessoal para o quadro, mas de acordo com a legislação a entrar em vigor no dia 2 de janeiro deve haver uma redução de 3% no pessoal, dado que a autarquia só podia reduzir 1%, se não tivesse admitido pessoal em 2009, 2010 e 2011. -----

--Questionou a criação de lugares para engenharia de produção industrial, engenharia de cooperativas agrícolas, engenharia com especialidade em resíduos e 2 diretores de departamento, e se esta situação está relacionada com o estudo realizado pela Ray Human. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, de acordo com a situação financeira conjuntural e específica, esclareceu que o orçamento apresenta uma visão ambiciosa em termos de projeto e planeamento, com muitos dos compromissos firmados e que transitam 12 M€ para ano seguinte assim como a maioria em capital. -----

--Trata-se de um orçamento, que fruto da conjuntura estrutural, exige uma postura firme na necessidade de negociação e consolidação da situação financeira com o perímetro mais alargado



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

ht
guerra

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível, um ano que pressupõe a implementação de um conjunto de medidas que levam à alteração do prazo e à obtenção de respostas face às dificuldades, que levam a crer que a consolidação e equilíbrio são fundamentais para o futuro do concelho. -----

--Referiu ser uma prioridade o pagamento da dívida a fornecedores e empreiteiros, a continuidade da prossecução da transferência de competências para as freguesias, que exercem no terreno a favor dos serviços, comunidades ou coletividades, que são os parceiros estratégicos ou as dívidas dos medicamentos. -----

--Salientou serem objetivos ambiciosos e que ter a noção das dificuldades futuras, mas é com esta postura que vai continuar a abordar como prioridade o eixo da educação, com a continuidade da construção do centro escolar Cartaxo/Vila Chã de Ourique, cuja verba ascende a 5,33 M€ e uma comparticipação de apenas 10% por parte do município. -----

--Também o centro escolar de Pontével, a sua extensão e valências, EB1 e jardim de infância, com 2,6 M€ conquistados a fundos perdidos, também já existe a confirmação que os investimentos poderão ascender a comparticipações na casa dos 95%, à semelhança dos transportes e comunicações no eixo 10, que inclui o viaduto de santana e as empreitadas que não foram possíveis de concretizar por diversas razões e que no total ascendem a 6 M€. -----

--Em termos de investimentos estão inscritos com a comparticipação garantida com o mínimo de 80% cerca de 20 M€, com compromissos firmados vêm vertidos no orçamento. -----

--Esclareceu que o montante de 400 mil euros para publicidade, refere-se a dívida que está em cada uma das rubricas e que deve ser assumida. -----

--Pretende abordar os desafios colocados e atingir os objetivos com uma visão de confiança e de concretização. -----

--Relativamente à comparticipação da Rumo 2020, o aumento do prazo para 2032 e de compromissos em cerca 12 M€, salientou tratar-se da execução do contrato programa até esse horizonte e estar definido com cerca de 740 mil euros por ano. O saldo incluído as perspetivas para 2012 são 12,8 M€. -----

--Quanto a algumas rubricas referentes ao ateneu ou obras relacionadas com os clubes desportivos ligados à área do futebol, constitui dívida pelo desenvolvimento de obras, que perfazem 50 mil euros de despesa por ano no pagamento de obras já realizadas tal como o ateneu que teve 158 mil de comparticipação por parte da CMC, para o desenvolvimento da obra que está concretizada e com condições de trabalho. Assumindo as várias realidades, a CMC está hoje a pagar a dívida. -----

--Verifica-se nas previsões com o pessoal um aumento ligeiro em cerca de 7,9 M€ e anotou que as previsões resultaram da satisfação das regras orçamentais e da elaboração do orçamento, que muitas vezes obrigam a empolar os valores devido à existência de procedimentos dobrados, isto é, um posto de trabalho está ocupado e é iniciado um procedimento, são carregadas as verbas destinadas ao pagamento do colaborador e ao pagamento do intervalo de tempo que medeia o início do procedimento e o final do mesmo. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--Anotou que o município do Cartaxo não se enquadra no conjunto de municípios que tiveram o aumento do quadro de pessoal e que aos quais é exigido uma diminuição de 3% do quadro de pessoal. O município do Cartaxo reduziu o quadro de pessoal de forma significativa e expressiva e neste sentido pensa não estar obrigado a despedir pessoal. -----

--Os subsídios de férias ainda estão carregados nas despesas com o pessoal de acordo com as regras e destinam-se ao pagamento de dívida aos fornecedores. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, na sequência da intervenção do Sr. Presidente, salientou que em dois anos e meio de mandato sempre ouviu as mesmas alegações por parte do executivo. Quando à previsão de recessão e redução dos orçamentos nos municípios e freguesias, anotou o facto do município do Cartaxo aumentar o orçamento, de 61 M€ para 63 M€, concluindo que o município do Cartaxo está em contraciclo. -----

--Salientou que as preocupações da CDU não se prendem com esclarecimentos da despesa, mas com a previsão de receitas, por exemplo 1,2 M€ de rendimentos de propriedades, o dinheiro do FEFE, receita de capital de cerca de 30 M€ vindos do QREN e APRODER. -----

--No que respeita à receita de impostos diretos, indiretos, taxas e multas, não acredita na redução de 30 mil euros em relação ao ano anterior no valor global de € 4 604 000, de acordo com a conjuntura económica atual do país. -----

--Na opinião da CDU, a previsão das receitas é utópica e ano após ano assiste-se a uma execução orçamental que ronda os 25%. Na sessão de fevereiro, aquando da aprovação do relatório de contas, vai verificar-se que a execução orçamental de 2011 não chega a 30% do orçado. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, informou sobre a preparação de um projeto-lei que refere que só pode ser cabimentada a despesa que tiver a certeza da receita que vai ter para cobrir a despesa. Neste sentido, o orçamento não segue o indicado no mesmo. -----

--Disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu o pagamento de uma fatura de 2 M€ do INA e enviou um documento datado de 21 de dezembro com a comparticipação do QREN de 87 mil euros. -----

--Também salientou que a autarquia só vai ter de pagar 10% do custo da obra da escola EB 2, 3 e neste sentido deveriam estar lançados apenas 10 mil euros ao invés de 5,3 M€. -----

--Referiu não ter sido esclarecida quanto às questões que colocou na sua intervenção anterior. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu à Dra. Odete Cosme que o lugar de técnico florestal prende-se com o Gabinete Técnico Florestal, cujo vencimento é pago pela administração central e trata-se de um lugar existente no quadro há dois anos, que visa manter a parceria na área da proteção civil. -----

--Quanto às outras situações, respeitam procedimentos que iniciaram-se no dia 28 de dezembro do ano passado, neste momento encontram-se na fase final e visam a integração das pessoas nos lugares existentes no anterior quadro de pessoal. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

—Quanto ao técnico de gestão de resíduos aplica-se o mesmo e lembrou que a gestão dos resíduos não está concessionada. —

—Registou uma palavra de apreço e de reconhecimento aos colaboradores da autarquia, que foram fundamentais na elaboração do orçamento. —

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que a 1ª Secretária, Dra. Joana Vergas e o 2º Secretário, Sr. Jorge Lúcio, vão ausentar-se na votação por se encontrarem impedidos de votarem este ponto. Neste sentido, convidou o Sr. António Pêgo e a Dra. Rita Rodrigues a ocuparem os respetivos lugares. De seguida, colocou à votação o ponto 4. —

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município do Cartaxo para o ano de 2012, com 15 votos a favor, 14 do Grupo do PS e 1 do Grupo do PSD, 10 votos contra, 5 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 0 abstenções. —

5. EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA 2012 —

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o ponto 5. —

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria aprovar o empréstimo a curto prazo para 2012, com 23 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD e 3 do Grupo da CDU, 2 votos contra do Grupo do BE e 0 abstenções. —

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a declaração de voto do Grupo do BE, dizendo que votava contra por considerar que a contração de empréstimos para pagar empréstimos é continuar a seguir para o abismo. —

6. CONCURSO PÚBLICO N.º 3/2011/CCE – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES – ANOS 2012/2013/2014 —

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Paulo Mota. —

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Paulo Mota, do PSD, no uso da palavra salientou não haver qualquer inconveniente por parte do PSD, uma vez que existem ganhos na economia de escala e quanto mais poupanças forem geradas maior será o benefício para o município, pelo que a bancada do PSD vota favoravelmente a proposta apresentada. —

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o ponto 6. —

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Concurso Público nº 3/2011/CCE – Aquisição de combustíveis rodoviários, gás propano a granel e lubrificantes – Anos 2012/2013/2014, com 25 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. —

7. REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DO CARTAXO —

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Eng.ª Luísa Pato. —



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, usou a palavra para questionar a existência ou não de compensação financeira para o município pela retirada de competência da emissão de licença de condução de veículos passou para o IMTT. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu tratar-se de uma receita insignificante, que o imposto único de circulação reflete-se mais em outro tipo de veículos automóveis dos ligeiros a outras categorias e não nos velocípedes. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, lamentou o facto de o município não ter recebido compensação e que a Associação de Municípios não tivesse lutado pelo retorno financeiro devido à retirada da competência. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o ponto 7. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo, com 25 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

8. ELEIÇÃO DE UM MEMBRO EFECTIVO E SUPLENTE PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT) -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, usou a palavra para referir que deve ser mantida a participação dos 5 elementos efetivos independentemente dos suplentes e que a proposta da CDU é idêntica à proposta que fez aquando da eleição dos 5 elementos. -----

--Entende que as várias forças políticas sempre que possível devem estar representadas na Assembleia Intermunicipal da CIMLT e neste caso há uma que entende que não vai estar representada por iniciativa própria e entendeu que dos 5 seria um de cada força política e a mais votada teria dois. -----

--Propôs que a representação das 3 forças políticas, o PS com mais elementos por ser o partido mais votado e o elemento a substituir do BE pelo 2º partido mais votado. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, esclareceu que foi proposta a substituição de um membro efetivo e de um suplente, e que perante a questão de quem é que vai substituir, existe uma sugestão que o PS concorda, devendo ser a pessoa que está em falta e seria indigitada pelo PSD. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, salientou ter a noção que na eleição original faltavam os suplentes e concordou com o procedimento proposto para a substituição da Dra. Manuela Simão, atendendo ao gesto e à cordialidade por parte dos Grupos da CDU e do PS, não vê qualquer inconveniente em aceitar a proposta, desde que não colida com os regulamentos da Assembleia Intermunicipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, salientou que uma vez que o efetivo do BE renunciou ao cargo na Assembleia Intermunicipal da CIMLT e não querendo o Grupo do BE fazer-se representar nesse órgão, foi aprovada por unanimidade a integração de mais um elemento



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

pt
2023

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efetivo por parte do Grupo do PSD. Como tal, foi elaborada uma lista única: -----

Elementos efetivos: Joana Maria Ferreira Vergas (PS) e Hélia Maria Duarte Baptista (PSD); ---

Suplentes: Ana Paula Chaves (PS), Carlos Manuel Mota (CDU) e Gonçalo Nuno Gaspar (PSD).

PROLONGAMENTO DA ORDEM DO DIA POR MAIS 15 MINUTOS -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o pedido de prolongamento da ordem do dia por mais 15 minutos. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento da Ordem do Dia por mais 15 minutos, com 25 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto 8. -----

Deliberação: A Assembleia elegeu, por maioria, os membros propostos na lista única para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CILMT), com 17 votos a favor, 0 votos contra, 2 votos brancos e 0 votos nulos. -----

9. ISENÇÃO DA DERRAMA À TAGUSGÁS – EMPRESA DE GÁS DO VALE DO TEJO, S.A. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, salientou ter dúvidas para excecionar algumas situações, usando como argumento a realização de investimento. Relembrou que quando foi vereadora passou a ser obrigatório o projeto de gás natural para as construções, faziam-se projetos e as empresas limitavam-se a colocar um depósito de gás. Porém o investimento feito no município do Cartaxo ficou aquém do exigível, porque o abastecimento passou a ser feito com depósitos de gás, não implicando grande investimento por parte da empresa. -----

--Na sua opinião trata-se de uma empresa que não merece uma qualidade de exceção por parte do município do Cartaxo, apesar de mudar a sua sede social e o valor da derrama não ser significativo.

--Referiu não dar o parecer favorável à proposta apresentada, independentemente do sentido de voto da sua bancada. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, concordou com a intervenção da Eng.ª Luísa Pato e nada mais acrescentou. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, anotou o desperdício de mais um montante da derrama, dada a necessidade de verbas por parte da CMC e de uma empresa que vai ficar sediada na sede de concelho. -----

--Recordou que a CDU concordou com a instalação da Avipronto para as verbas reverterem a favor do município, neste sentido acha que devia ser seguido o mesmo procedimento à semelhança de outras empresas que pagam derrama. A CDU vota contra a proposta apresentada. -----

Deliberação: A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar a isenção da derrama à Tagusgás com 16 votos a favor do Grupo do PS, com 6 votos contra, 1 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 5 abstenções do Grupo do PSD. -----

ENCERRAMENTO: Não havendo outros assuntos a falar, o Sr. Presidente, deu por encerrada a sessão, às zero horas e vinte minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

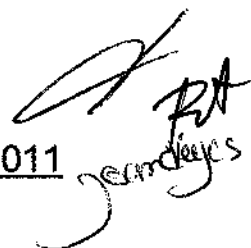
do Executivo e de todos os membros da Assembleia. -----

Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Jorge Manuel Pisca Lúcio, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do Presidente, em substituição. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 2º Secretário,

Assembleia Municipal do Cartaxo em 28-12-2011

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Mendes', written over the date line.

Moção

No passado dia 18 de Dezembro os cartaxeiros foram chamados às urnas para decidirem sobre o futuro do estacionamento público na Cidade do Cartaxo.

Os eleitores participantes deixaram a sua opinião de forma inequivocamente expressa nos 94,48% dos votos contra a «privatização a prazo» dos lugares de estacionamento criados em espaço público, pagos por todos os contribuintes, feitos para servirem as pessoas e as suas necessidades.

A reduzida participação dos eleitores cartaxeiros, que a CDU não pode deixar de lamentar, 12,59%, em nada reduz o valor da tendência maioritariamente manifestada.

Pelo exposto, pretendemos que o Executivo Municipal respeite e aceite a opinião expressa nas urnas pelos eleitores do Concelho e não conceda a privados a exploração do estacionamento na Cidade.

A bancada da CDU



PROPOSTA MOÇÃO

Handwritten signature: J. Gonçalves

REFERENDO LOCAL DE 18 DE DEZEMBRO DE 2011 Vinculação dos órgãos autárquicos ao sentido e à natureza do voto expresso pelos eleitores

1. Considerando que por deliberação desta Assembleia Municipal foi convocado um Referendo Local para o passado dia 18 de Dezembro com a pergunta: "Concorda que a Câmara Municipal do Cartaxo contratualize a concessão de exploração do parque de estacionamento coberto, e de mais 620 lugares de estacionamento dispersos nas ruas circundantes ao centro urbano, por um prazo de 30 anos a uma empresa privada?";
2. Considerando que mais de 95% dos eleitores que participaram no acto eleitoral recusaram de forma cumulativa a concessão a privados, o número de lugares a concessionar e o prazo de anos;
3. Considerando que deve ser respeitada a vontade da esmagadora maioria dos eleitores que, convocados por esta Assembleia para um Referendo, quiseram nele participar, não obstante a facto de ter sido agendado para a quadra natalícia;
4. Considerando que neste Referendo todos os Partidos Políticos com representação nesta Assembleia defenderam o voto "Não";
5. Considerando, também, que não foi constituído qualquer grupo ou movimento de cidadãos pela defesa do voto "Sim";



6. Considerando, ainda, a manifestação pública do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo de respeito pela vontade popular, optando pela administração do estacionamento público pelo município;

7. Considerando, por fim, que, nos termos do Regime Jurídico do Referendo Local (Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de Agosto) o resultado do Referendo não é vinculativo uma vez que não participaram mais de metade dos eleitores inscritos no recenseamento;

Nos termos do Regimento o Grupo PS da Assembleia Municipal do Cartaxo propõe:

A vinculação dos órgãos autárquicos do Município do Cartaxo ao resultado do Referendo Local do passado dia 18 de Dezembro, significando isto que no decurso do actual mandato o estacionamento público no Cartaxo não será objecto de exploração por parte de entidades privadas, independentemente do prazo ou do número de estacionamentos a concessionar,

ASSIM SOLICITAMOS QUE, NOS LEGIS SEJA ENCAMISSO O PROCEDIMENTO CONCORDANTE.
(SIC) (S)

Cartaxo, 28 de Dezembro de 2011

Os proponentes do Grupo PS da Assembleia Municipal do Cartaxo



Amado 3

Handwritten signatures and initials.

Moção

①

No último dia 18 de Dezembro, foi realizado o sétimo referendo em Portugal após o 25 de Abril, sendo o sexto em que a participação popular não o tornou automaticamente vinculativo.

O Bloco de Esquerda propõe, tal como foi feito em todos os anteriores referendos em território nacional, que esta Assembleia se comprometa a respeitar incondicionalmente a quase unânime recomendação dos Cidadãos do Concelho do Cartaxo, optando pela gestão municipal do estacionamento.

Os deputados municipais,

Pedro Mendonça / Odete Cosme



Amo 004
Grupo na
Assembleia Municipal

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Data: 28 de Dezembro de 2011

N.º de Páginas: 1

Assunto:

REFERENDO LOCAL REALIZADO EM 18 DEZEMBRO

Na sequência do Referendo Local que se realizou no Município do Cartaxo no passado dia 18 de Dezembro e conhecidos que são os resultados entretanto apurados, considera-se que:

1. Apesar do número de eleitores não ter correspondido à exigência legal que faz do seu apuramento um resultado vinculativo;
2. Tendo em conta o resultado muito expressivo da vontade dos eleitores ter apontado para o "NÃO";
3. Estando interrompido o procedimento de diálogo concorrencial que visava a recolha de propostas para a *"Exploração de um parque público de estacionamento coberto na cidade do Cartaxo com integração dos estacionamentos tarifados dispersos na via pública sob gestão do município"*;
4. Havendo declarações publicas já conhecidas do Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo que apontam para que seja a Empresa Municipal RUMO 2020 a assegurar a exploração do estacionamento na cidade;

Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo propõem que:

1. O resultado apurado seja considerado como um importante indicador da expressão popular pelo que esta opção deve ser abandonada, cabendo ao Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo anunciá-la.
2. O procedimento de diálogo concorrencial que visava a recolha de propostas para a *"Exploração de um parque público de estacionamento coberto na cidade do Cartaxo com integração dos estacionamentos tarifados dispersos na via pública sob gestão do município"* deve – logo que legalmente possível – ser anulado.
3. Fica deliberado – por razões que se prendem com a transparência democrática e com as competências desta Assembleia Municipal – que não é a Empresa Municipal RUMO 2020 a liderar ou a encontrar soluções para a gestão do estacionamento na cidade do Cartaxo.

Anoos

18.12

O Bloco de Esquerda ^{Fut}
solicita o prolongamen^{to}
por 30 minutos do
período antes da oncha
do Dia

Pedro Mendes

28/12/2011

Anexo 6



Moção 2

Dado que a documentação enviada aos deputados municipais para esta Assembleia veio incompleta e com erros inconcebíveis que forçaram a novos envios, mas com outros erros; o Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador reprove a incompetência e levianidade com que o executivo camarário emana documentação tão importante para o Município.

Julgamos que não é pedir demais que toda a documentação emanada pelos serviços seja revista por quem a assina e envia para os deputados municipais.

O grau de irresponsabilidade é tal que nem se respeitou a entrega de documentação nos dois dias úteis legais que antecedem a Assembleia, o que poderia inviabilizar a realização da mesma.

me em o editor Barbra
mld

Os deputados municipais,

Pedro Mendonça / Odete Cosme



**Grupo Parlamentar na
Assembleia Municipal do Cartaxo**

Voto de Protesto

JUVENTUDE AMORDAÇADA

A 30 de Dezembro de 2009 a Juventude Social Democrata do Cartaxo apresentou em Assembleia Municipal uma moção para a reactivação imediata do Conselho Municipal da Juventude. Esta moção foi aprovada por maioria.

O Vereador da Juventude Pedro Gil assumiu o compromisso da reactivação do CMJ e até Março de 2011 nada foi feito.

Após mais um dança de pelouros a que os executivos liderados pelo Presidente Paulo Caldas, nos habituou, alertamos para o facto da atribuição do pelouro da juventude ao Vice Presidente Paulo Varanda, com 21 pelouros e mais uma serie de competências delegadas, iria adiar mais uma vez a reactivação do CMJ, afastando por completo a Juventude do concelho do Cartaxo das decisões do Município.

A Juventude do Concelho do Cartaxo tem o direito a ser ouvida, isto porque vai herdar uma pesada dívida como herança que terá de pagar e resolver, criada pelos executivos liderados por Paulo Caldas sob cumplicidade de Paulo Varanda e Pedro Ribeiro.

Apresentamos este voto de protesto à indiferença que este executivo tem demonstrado em questões referentes à juventude do concelho do Cartaxo.

Faz 2 anos que foi aprovado uma moção, em Assembleia Municipal, para reactivação do CMJ e que ainda não foi respeitada por este executivo municipal por isso apresentamos este voto de protesto!

Continuaremos aqui sempre solidários e pela nossa Juventude.

JSD/CARTAXO

Cartaxo, 28 de Dezembro de 2011

O Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo.



Anexo 8 3

Fut

JSD/CARTAXO

[Signature]

**Grupo Parlamentar na
Assembleia Municipal do Cartaxo**

Moção

Pela Retirada da Publicidade Enganosa

No ano de 2009, meses antes de mais uma campanha eleitoral para os órgãos autárquicos do concelho do Cartaxo, a Câmara Municipal por sua iniciativa distribuiu uma série de cartazes pelo nosso concelho anunciando promessas de algumas obras que até aos dias de hoje não só não foram executadas como nem verbas existem para elas.

Referimo-nos aos **“Alcatroamentos nos Aglomerados Urbanos nas Oito Freguesias** (invest. 900 mil euros), **“Centro Escolar de Pontével”** (invest. 2,3 milhões de euros), **“Pavilhão Multiusos”** (invest. 5,5 milhões de euros) e a **“Sede do Rancho Folclórico do Cartaxo”** (invest. 600 mil euros).

Já passaram dois anos e algumas das obras a cima referidas nem sequer saíram do papel, por isso vimos através desta moção solicitar à Câmara Municipal do Cartaxo que retire estes cartazes, que apenas representam publicidade enganosa e venda de sonhos aos nossos munícipes.

Pela verdade e responsabilidade nas promessas políticas que se fazem, pedimos à Assembleia Municipal do Cartaxo que aprove esta moção.

JSD/CARTAXO

Cartaxo, 28 de Dezembro de 2011

O Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo.



Amélio S

**Grupo Parlamentar na
Assembleia Municipal do Cartaxo**

Handwritten signatures and initials are visible to the right of the header box.

MOÇÃO

Data: 28 de Dezembro de 2011

N.º de Páginas: 1

Considerando que:

- 1- Até à presente data a Câmara Municipal do Cartaxo não celebrou qualquer tipo de Protocolo de colaboração com as colectividades e associações do concelho como é da sua competência nos termos al.b) do n.º 4 do Artigo 64.º do Decreto Lei 169/99;
- 2- As colectividades e associações do concelho desempenham um papel fundamental na prossecução do interesse municipal a nível social, cultural, desportivo e recreativo;
- 3- Muitas das vezes, estas associações e colectividades se substituem ao Estado nas suas funções, quer na formação dos jovens, quer na protecção social dos mais desfavorecidos;
- 4- As Associações e colectividades do concelho do Cartaxo vivem problemas graves a nível económico-financeiro que já estão a colocar em causa o seu normal funcionamento;
- 5- Há verbas respeitantes aos Protocolos de 2010 que ainda se encontram por pagar, obrigando os dirigentes das colectividades e das associações do concelho do Cartaxo a assumirem responsabilidades pessoais de natureza financeira;

Assim e nestes termos, **o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo vem – através desta Moção - apresentar um veemente PROTESTO à actuação da Câmara Municipal do Cartaxo.**

O Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo.



Handwritten signatures and initials, including 'Ameco 10' and 'F. M.'.

Moção

Com os cidadãos a serem vítimas de políticas que lhes diminuem o orçamento disponível para 2012, a Câmara do Cartaxo aumenta o seu orçamento.

Com as outras autarquias da região, das várias cores partidárias, a diminuírem orçamentos para respeitarem as imposições legais e cortarem os excessos cometidos no passado, a Câmara do Cartaxo aumenta o seu orçamento.

E no entanto, nem os cidadãos, nem a esmagadora maioria dos municípios vizinhos têm a colossal dívida da Câmara do Cartaxo.

Dado que este orçamento apresentado, não respeita os sacrifícios feitos por todos, não respeita o orçamento de Estado para 2012 e não respeita o Plano de Saneamento Financeiro, mantendo o ficcionado mundo da ilusão e das maravilhas com que o PS tem gerido a autarquia, esta Assembleia repudia e rejeita de uma forma global e cabal mais um orçamento que não corresponde à verdade dos factos mas apenas à teimosia e vontade do novo líder do executivo.

Os deputados municipais,

Pedro Mendonça / Odete Cosme

Bloco DE ESQUERDA

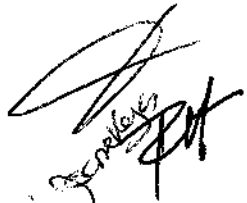
Amanhã 22

28/12/11 20.37

ORDEN DO DIA

1.º

Moção



Na Assembleia que hoje se realizou deveria constar no orden de trabalhos a autorização da constituição dos Protocolos de Transferência de Verbas Por contrapartida de competências delegadas pelo Município nas respectivas Juntas. Mais um ano se passou e apesar de Rotineiro e de grande importância para a gestão municipal do Concelho.

O BE propõe um voto de lamentação e forte censura por este comportamento irresponsável e desrespeitoso para com a A.M. e para os Inter de Freguesia.

os deputados municipais
Podotendas / Odete Lima